

MAXIMAINVEST
SECURITIZADORA DE
CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração de resultados	8
Demonstração de resultados abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

MÁXIMA INVEST

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o relatório da Diretoria da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A ("Securitizadora"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

A Securitizadora iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2004 tendo como objeto social a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal nos moldes permitidos pelas leis e normas regulamentares da autoridade pertinente. A Securitizadora, é parte integrante do Grupo Master, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Companhia é controlada pelo Banco Master S.A, com sede em São Paulo. Possui entre suas atribuições a manutenção do equilíbrio e a saúde financeira, inclusive de suas controladas, e honrará todos os compromissos de curto prazo e longo prazo, com novos aportes de capital, se necessário. A administração espera cobrir os prejuízos acumulados nos próximos exercícios. A companhia conta com o suporte de seu controlador para aportes de capital ou concessão de dívidas subordinada para garantir a continuidade de seus negócios.

A DIRETORIA
Angelo Antonio Ribeiro da Silva - Contador
CRC-RJ-081.990/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (Maximainvest), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Maximainvest, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa 12 – Eventos Subsequentes, em 28 de março de 2025 o Banco Master (“Banco Master”), controlador da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, e o Banco de Brasília - BRB divulgaram os termos gerais do Contrato de compra e venda de ações que as partes pretendem celebrar (“Operação”). A Operação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil (“BACEN”), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), demais aprovações regulatórias, e outras condições precedentes. Como as partes envolvidas na Operação ainda não finalizaram os seus termos (estrutura societária, ativos e passivos envolvidos, estrutura de governança, estrutura operacional e aspectos regulatórios, entre outros) e sua concretização está sujeita às condições precedentes e autorizações regulatórias informadas acima, neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros da Operação na situação patrimonial e financeira da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, e de outras entidades resultantes da segregação de ativos e

passivos entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa 2, o acionista controlador (pessoa física) da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A declarou o compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, bem como, caso a Operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, nas condições da referida nota. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Maximainvest é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Maximainvest continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Maximainvest ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Maximainvest.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Maximainvest. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Maximainvest a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		121	227
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	103	209
OUTROS CRÉDITOS		18	18
Ativos tributários correntes		18	18
TOTAL DO ATIVO		121	227
PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		-	12
OUTRAS OBRIGAÇÕES		-	12
Passivos tributários correntes		-	1
Outros passivos		-	11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.	121	215
Capital social		26.750	26.750
Reserva de lucros		51	51
Prejuízos acumulados		(26.680)	(26.586)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121	227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(94)	(717)
Despesas de pessoal	5.	-	(24)
Outras despesas administrativas	6.	(88)	(691)
Despesas tributárias		(6)	(2)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(94)	(717)
RESULTADO FINANCEIRO		-	-
Despesas financeiras		-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO		(94)	(717)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.	-	-
RESULTADO LÍQUIDO		(94)	(717)
RESULTADO POR AÇÃO		(0,004)	(0,027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO	(94)	(717)
ITENS QUE PODEM SER SUBSEQUENTEMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO		
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(94)	(717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.550	51	(25.869)	732
Aumento de capital	200	-	-	200
Prejuízo do exercício	-	-	(717)	(717)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.750	51	(26.586)	215
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.750	51	(26.586)	215
Prejuízo do exercício	-	-	(94)	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.750	51	(26.680)	121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido	(94)	(717)
Resultado líquido ajustado	(94)	(717)
Variação de ativos e passivos	(12)	607
Outros valores e bens	-	596
Outras obrigações	(12)	11
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das operações	(106)	(110)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	(106)	(110)
Atividades de Financiamento	-	200
Aumento de capital	-	200
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	-	200
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(106)	90
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	209	119
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	103	209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A ("Securitizadora" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2004 tendo como objeto social a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal nos moldes permitidos pelas leis e normas regulamentares da autoridade pertinente, sediada na Pr. Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ.. A Securitizadora, é parte integrante do Grupo Master, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Companhia é controlada pelo Banco Master S.A, com sede em São Paulo. Possui entre suas atribuições a manutenção do equilíbrio e a saúde financeira, inclusive de suas controladas, e honrará todos os compromissos de curto prazo e longo prazo, com novos aportes de capital, se necessário. A administração espera cobrir os prejuízos acumulados nos próximos exercícios. A companhia conta com o suporte de seu controlador para aportes de capital ou concessão de dívidas subordinada para garantir a continuidade de seus negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Securitizadora foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Maximainvest de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O controlador (pessoa física) possui compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Securitizadora, bem como, caso a operação de venda (vide nota explicativa 12) seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, por pelo menos um ano após 31 de março de 2025.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi dada pela Diretoria em 17 de abril de 2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

b) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (no período). A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%.

g) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 25 da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

i) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número de ações ordinárias. Não há instrumentos diluidores que se apliquem a Securitizadora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o número de ações é de 26.750.000.

j) Interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Normas aplicáveis em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Securitizadora não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

A IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional

como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais decorrentes da adoção das referidas normas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo.

	2024	2023
Conta corrente	103	209
Total	103	209

5. DESPESAS DE PESSOAL

	2024	2023
Assistência médica da diretoria	-	(24)
Total	-	(24)

6. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviço de terceiros	(88)	(11)
Serviços técnicos especializados	-	(84)
Despesas de comissões	-	(596)
Total	(88)	(691)

7. DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado líquido:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL)	(94)	(717)
Prejuízo antes da tributação	(94)	(717)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Outros ajustes	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 26.750 (2023 - R\$ 26.750). Está representado por 26.750.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros da Companhia é composta por reserva legal e reserva especial de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, a Securitizadora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado.

Reserva especial de lucros - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

c) Dividendos

Ao acionista é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas a Companhia são coligadas e controladas, seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

	2024	2023
Ativo		
Conta corrente – Banco Master	103	209
Despesas		
Despesas de pessoal	-	(24)
Outras despesas administrativas - despesas de comissões	-	(596)

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante do conglomerado Master, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada do grupo, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

b) Ativos e passivos contingentes

A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

12. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 28 de março de 2025, o BRB – Banco de Brasília S.A. (“BRB”) anunciou, por meio de fato relevante, que seu Conselho de Administração aprovou a aquisição de participação acionária no Banco Master S.A. (Controlador da Securitizadora). A transação compreende a compra de 49% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais, totalizando 58% do capital total do Banco Master (“Operação”).

Como consequência da Operação, haverá uma reorganização societária do Banco Master, de modo que tanto a estrutura societária quanto a composição de ativos da instituição sofrerão alterações. O Banco terá como controladas somente as seguintes sociedades: Banco Master Múltiplo S.A. (e suas controladas Will Holding Financeira S.A., Will Financeira S.A. – Crédito Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda.) e Maximainvest Securitizadora S.A.

As empresas manterão as estruturas apartadas (stand alone), com compartilhamento de governança, expertise, sinergias e coordenação estratégica e operacional.

A Operação tem por pilares estratégicos a complementariedade de negócios; a solidez, liquidez, capital e rentabilidade do novo conglomerado prudencial; a conformidade regulatória, com o aumento do capital regulatório combinado do conglomerado.

A operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Banco Central do Brasil (“BACEN”) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), além de outras condições precedentes especificadas no contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros na situação patrimonial e financeira decorrentes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas, bem como na governança e em suas estruturas operacionais.